ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 05/2025

(Plenária Presencial)

Aos doze dias do mês de março de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Carolina Fraga, **Associação Cristã de Moços – ACM**; Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; Débora Nunes, **Fundação O Pão dos Pobres**; Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; Francyne da Rosa, **CEMME**; Lisete Aparecida da Silva Felippe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**; e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Francisco Ferrari, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH**; Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação – SMED**; Letícia Giardin, **SMAS/FASC**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Elisandra Marques da Rosa, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV.**

DEMAIS PRESENTES:

Luciana Tietbohl, **Administrativo SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

1.2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA 03//2025:

Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança: Boa tarde a todos e a todas. Abrindo esta plenária. A Presidente Carol está num compromisso, mas retornará em seguida. Então, antes de tudo, pessoal, temos aqui uma nova conselheira. Então, vou pedir para a gente fazer uma rodada de apresentação. [Apresentação dos conselheiros na nominata inicial]. Então, pessoal, primeira pauta ali é a Ata 03, do dia 05/02/2025. Então, a taquígrafa Patrícia recebeu ali alguns apontamentos. Como foi combinado, as atas foram colocadas no grupo do WhatsApp para leitura. Se alguém tiver algum apontamento, encaminha ali mesmo no grupo que a Patrícia faz essas correções, essas alterações. Então, a gente vai colocar em aprovação em plenária para seguir adiante. Então, quem aprova, é a favor da aprovação da Ata 03, por favor. Alguém se abstém? Alguém contra? Então, uma abstenção. **APROVADA A ATA 03/2025 COM 01 ABSTENÇÃO**. Então, a gente vai passar agora para as comissões. Vamos passar para as comissões e iniciar com a Comissão de Registros. O que temos?

2. COMISSÕES (COMISSÃO EXECUTIVA, COMISSÃO DE REGISTROS, COMISSÃO DE POLÍTICAS E COMISSÃO DE FINANÇAS);

- COMISSÃO DE REGISTROS:

Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga: Hoje, a Comissão de Registros fez duas visitas pela manhã. Uma delas foi no **INSTITUTO VITÓRIA NAHUM**, que fica, nesse momento, dentro do Pão dos Pobres. Eles têm um termo de cedência de espaço para utilizar ali as dependências do Pão. Então, é uma OSC que vem pedindo registro na modalidade de atendimento indireto. Então, eles prestam alguns assessoramentos e fizemos, então, visita no local que é uma sala administrativa, estruturada para a instalação dessa instituição, mas eles atuam tanto dentro do Pão quanto em algumas outras organizações que vão ser, depois, inscritas futuramente, com possibilidade também deles ampliarem para um atendimento direto. Mas, nesse momento, o **PARECER DA COMISSÃO É FAVORÁVEL AO REGISTRO E INSCRIÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO INDIRETO**, para

assessoramento. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eles fazem assessoria, vão nas organizações. Então, faz tutoria, monitoramento. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Eu acho que a Débora, se quiser contribuir, enfim, tem acompanhado. **Débora Nunes, Fundação O Pão dos Pobres:** A OSC é um instituto relativamente novo e é uma OSC que hoje se enquadra dentro do SARA. Então, serve de apoio, tipo, de assessoramento para as instituições e para os programas e serviços das instituições. Então, agora o principal foco do instituto vai ser a realização de oficinas em apoio ali em eventuais benefícios pelas entidades. É com oficinas também. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** As oficinas para crianças e adolescentes? **Débora Nunes, Fundação O Pão dos Pobres:** Crianças e adolescentes. Tem de educação financeira, tem outras. Tem algumas relacionadas ao esporte também, que tem um educador físico que tem uma proposta educativa ali, além do esporte. Enfim, tem vários temas assim. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Tipo, eles ampliam o atendimento de outras instituições que atendem a essas crianças e adolescentes? **Débora Nunes, Fundação O Pão dos Pobres:** Isso. São oficinas de 4 horas para dar suporte na parte mais educacional para as instituições. Seja em serviço de convivência, seja em aprendizagem profissional. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Então, colocamos para votação em plenária. Quem é favorável ao registro e inscrição do programa da Instituição Vitória Nahum? Pode baixar a mão. Alguma abstenção? Uma abstenção. Quem votou? Está aprovado com uma abstenção. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** E alguém contra? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Alguém contra? Pode falar quem? Alguém contra? Diz aí, qual o parecer de contra? Então, tem que justificar. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Por que isso? Ninguém falou que votou a favor. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Um contra, o Carlos é contra. **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL AO REGISTRO E INSCRIÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO INDIRETO, COM 01 ABSTENÇÃO E 01 VOTO CONTRÁRIO. Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Mas esse "Carlos é contra" não vai aparecer aí, né? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Vai aparecer, sim. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Os votos a favor, apareceu o nome de quem votou a favor? [Manifestação fora do microfone]. Não,

não, não... Então, vota tudo: “x” a favor, uma abstenção e um contra. Acabou! Não tem que botar o nome. Então, eu voto a favor. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Próximo. É o Processo SEI 24.0.000098054-0. Então, essa instituição aqui está solicitando que altere a nomenclatura dela no atestado de funcionamento. Então, ela já obteve o atestado até junho de 2025, só que nesse decorrer aí eles trocaram a nomenclatura, tanto no CNPJ, quanto no estatuto, teve uma ata de aprovação. Então, antes se chamava **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DE SANTA CRUZ**, que tinha a Escolinha de Educação Infantil Vladimir Porto, na Serraria. Eles mudaram agora a nomenclatura. Então, vai se chamar Associação Recreativa Educacional Esportiva e Cultural Resgatando Mais Um. **Lisete Aparecida da Silva Felippe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Eles mudaram o atendimento também? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Não, é educação infantil. E a Escolinha de Educação Infantil, já mudaram na Smed também, antes era Escolinha de Educação Infantil Vladimir Porto, passa a ser Escolinha de Educação Infantil Amor e Graça. Então, a gente já viu os documentos. Então, é só para constar em ata e a **APROVAÇÃO PARA EMITIR OUTRO ATESTADO DE FUNCIONAMENTO**. Então, colocamos aqui para plenária. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Antes, só uma pergunta: o CNPJ não mudou? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Não. Segue o mesmo. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** E essa questão desse nome da escola infantil é um nome fantasia? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Fantasia. Então, gostaríamos da aprovação da plenária. Quem é a favor? Quem é contra? Ninguém se abstém? **APROVADA A ALTERAÇÃO DE NOME COM 01 ABSTENÇÃO**.

- ALTERAÇÃO DE ANEXOS:

Gente, a Comissão de Registros trouxe aqui a proposta para fazer uma adequação só nos dois anexos. Não vai envolver a resolução sem o registro e a inscrição. São esses dois anexos aqui, que a gente achou que faltou algo, que só tinha uma informação, que dizia inscrição dos programas e serviços governamentais. Então, a primeira página aqui segue o mesmo. Então, só vai ser acrescentada essa parte aqui, sinalizar qual o serviço ou programas. Então, a instituição que vai fazer tanto a renovação aqui, que vai estar no outro anexo, vai sinalizar aqui qual programa tem, quais os demais. E aqui não tinha antes a modalidade indireta. Então, para

facilitar para as organizações identificarem. Então, na modalidade indireta, então, são dois viés, que é o Projeto de Assessoramento das OSCs da Rede de Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse aqui está dentro da Resolução 100, no artigo 4º. E o outro projeto é de Formação e Capacitação, Seminários, Estudos e Pesquisa, voltados para políticas para criança e adolescente. Então, só foi acrescentada essa parte aqui dos programas e do indireto. Por quê? Uma instituição veio fazer a renovação e disse: "Ó, não me encontrei ali como indireto". Então, a gente colocou fora da resolução também essa parte. **Francyne Rosa, CEA:** Eu queria também só contribuir, que a gente acabou colocando essa tabela com as opções de serviço para que as OSCs marquem, porque antes tinha um campo ali em aberto: Programa, projeto ou serviço. E aquilo acabava deixando margem para elas colocarem algum serviço que não é tipificável, que não tem classificação ou botar um nome de um projeto de captação, por exemplo, não o nome do projeto, do serviço de fato que ela executava. Então, tendo essa tabela já com as opções predeterminadas, a gente acha que vai diminuir assim, vai e volta de correções no preenchimento. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** E aquela questão do número de atendimento, de atendido lá, a gente colocou para facilitar para a gente quando for visitar. Às vezes, as instituições falam: "Ah, atendemos duzentos"; chega lá tem dez. Então, tem alguma coisa errada. Então, também ter uma base. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Então, duas perguntas aí: a primeira, quando fala do Serviço de Convivência, de 15 a 17, trabalho educativo. Mas também tem o Pró-Jovem. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Adolescentes. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Mas ele não seria também dentro do Serviço Convivência de 15 a 19 ou deve ser separado? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Não, de acordo com aquele projeto técnico, a gente colocou ali a referência o projeto técnico, que foi aprovado o ano passado, que é aquele projeto para os adolescentes. Mas como se trata de dois serviços, esse aqui, o Pró-Jovem é um serviço tipificado, embora é parceirizado. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Sim, mas eu diria, ele não seria serviço de convivência? Serviço de Convivência/Pró-Jovem. Na mesma linha, ou na mesma linha, ou separa. [Falas concomitantes]. Eu acho que podia botar ali. Os dois estão na mesma faixa etária. **Francyne Rosa, CEA:** Qual é a dúvida? **Adriana Paz, Secretaria Municipal de Educação - SMED:** Tem uma questão aqui, o Pró-Jovem continua com esse nome? Existe? Pró-Jovem continua?

Francyne Rosa, CEA: Ele, na verdade, foi um programa do Governo Federal, lá em 2010, pactuado com as OSCs. Em 2019 ele deixou de ser federal, não recebeu mais o recurso. Teve uma diminuição e passou a ser só municipal. Ele é considerado um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de 14 a 17, porque não tem Serviço de Convivência de 14 a 17. Então, o Pró-Jovem e o Trabalho Educativo são dois serviços que atendem essa faixa etária. São dois programas que atendem essa faixa etária e, até o ano passado, se tinha elaborado um projeto técnico pela FASC que de Serviço de Convivência para adolescentes, onde seria, a gente ainda não tem essas informações, mas seria lançado um edital onde não existiria mais Pró-Jovem, Trabalho Educativo, mas sim Serviço de Convivência tipificado. Mas isso ainda está em transição, isso ainda não aconteceu, continua sendo Pró-Jovem por enquanto. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Só essa linha aqui, e o Serviço de Atendimento à Família? [Falas concomitantes]. Eu acho que o serviço é o SAS. Eu acho que não tem especificamente Serviço de Abordagem Social. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** O anexo 5 agora, só foi acrescentado lá embaixo, na última linha. O atendimento indireto. Os demais estão tudo como estava ali descrito no primeiro. Atendimento indireto, mais indireto. Então, esse aqui não tinha nessa resolução. Teve alguém, uma organização, disse: "Ô, Paulinho, quero fazer a renovação do atestado de funcionamento, mas não me encontrei aqui". Então, esse aqui é para o atestado de funcionamento, que manda esse anexo. Aí não tinha o atendimento indireto. Então, a gente teve a ideia de colocar também um projeto de assessoramento, que faz a mesma coisa que tem lá no Anexo 1 e aqui o projeto de formação e capacitação, seminários, estudos, pesquisa. Faz essas informações, que é o básico e deu. Podemos colocar em aprovação? Então, colocar em aprovação os dois anexos, depois vai para o site. Então, só para ficar atualizado. Então, quem é a favor da alteração dos dois anexos? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Paulinho, vai valer agora, para depois de junho, quando passar a validade? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Sim. Isso já vai para o site agora. Semana que vem. Alguém se abstém? Alguém contra? **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Perfeito. Comissão de Política.

- COMISSÃO DE POLÍTICAS:

Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre: Nós analisamos processos, fizemos encaminhamentos,

despachos, nós não temos nada para ser votado. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** E Comissão de Finanças?

- COMISSÃO DE FINANÇAS:

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Da mesma forma, a comissão se reuniu hoje pela manhã, fizemos despachos, discutimos pautas. Está sem pauta de aprovação e retornou para a OSC para fazer alguns ajustes e reunião para os próximos meses. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Então, passo para o Carlos ali, tem uma pauta.

- COMISSÃO EXECUTIVA:

Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV: Vai falando do próximo assunto da manhã, como é que foi com a vereadora. Aí a gente volta ali na tela. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Da vereadora? Hoje teve reunião da executiva com a vereadora sobre uma lei complementar sobre o Conselho Tutelar. Quem participou foi o Mincarone, o Frei e a Carol. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Só para dar uma síntese, a vereadora está fazendo uma lei, que foi provocada pelo Prefeito, que possibilita que as entidades religiosas possam, muitas já ministram cursos na área do direito da criança e adolescente, ser reconhecido como uma comprovação depois nas horas, aquelas 120 horas. A gente conversou e entendeu que a legislação, a preocupação dela é que todas as questões são uma questão constitucional única e que os conteúdos são os do Estatuto, não porque é o religioso que faz. É sobre os conteúdos do direito. A gente acentuou, até porque ela faz parte da comissão da Câmara, que é do estado laico, também entendendo que não é uma questão de proselitismo religioso, mas que várias têm feito formação e que pudesse contar. E a Carol sinalizou e contemplou que as entidades religiosas têm registro no Conselho da Criança ou no Conselho da Assistência Social para ter uma validação, também não é qualquer um, de qualquer curso. Até 60 horas, até metade, 50% das horas que são exigidas hoje em formação. Aproveitamos também, pedimos o apoio da Câmara de Vereadores para a formação dos atuais conselheiros tutelares, que tivesse uma formação mais proativa. A Carol colocou que tem dificuldades para esses processos formativos. Foi por aí, né, Mincarone? **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** É. A gente aproveitou para depois dar um panorama para ela das dificuldades que a gente tem na área de assistência social, pela falta de recurso da Prefeitura. Mas, ao mesmo tempo, a gente teve uma notícia no Fórum

de Entidades, que o Governo Municipal está com um empréstimo de 6,5 bilhões, sendo que 1,5 bilhão seria para a assistência social. E a gente colocou que o papel da Câmara é importante. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom:** Se puder falar um pouco mais alto. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Então, ontem foi informado no Fórum de Entidades, o Secretário Juliano que falou, que o governo teria um empréstimo de 6 bilhões do BID, sendo que 1,5 para a assistência social. E aí nós colocamos que o importante é que haja uma conversa, um diálogo entre a Câmara, a sociedade civil e o governo, para que esse dinheiro seja bem direcionado, de acordo com as necessidades. Porque a gente viu no passado, com aquele problema da Smed, que quando é fechada a questão do uso de recursos, isso pode gerar um uso não-necessidade. Não queria nem falar em outras coisas, mas é que não era necessária uma coisa. Então, na assistência social, a gente gostaria que a Câmara de Vereadores esteja junto com a sociedade civil através dos Conselhos e dos Fóruns, para discutir a utilização desse 1,5 bilhão. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Então, foi isso que foi discutido. Eles gostaram de conhecer aqui o CMDCA. E isso aqui é importante, não basta só fazer leis e leis sem dialogar com os outros entes. A Presidente chegou, vai respirar, então, passar para o Carlos e para a Carol para apresentar sobre... Enquanto vai abrindo ali o computador, então, e a Carol já respirou, para lembrar que quarta-feira tem o seminário, dia 19 de março e 02 de abril. Então, já vejam suas agendas, participação em massa.

- SEMINÁRIO CMDCA:

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio): Boa tarde, então, pessoal. Desculpa a demora. Mas assim, só sobre o seminário, queria ver com vocês sobre a comissão que ficou de estudar a Resolução 150, como é que está? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Sim, a gente fez a leitura. Conseguimos passar todos os pontos, todos os artigos da resolução, mas a gente quer aprofundar na parte da liberação para o captador de recursos e também na parte de equipamentos para os hospitais, que é onde estão os nós, assim, que a gente acha mais complexo. Então, a gente vai pegar esse mais aprofundado, porque o restante do texto a gente conseguiu fazer os nossos apontamentos para poder encaminhar para todos poderem fazer a leitura e as suas sugestões. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Tu acha que a gente consegue passar já no

primeiro dia do seminário da semana que vem? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Sim, é possível. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** E antes disso, a gente passar para o pessoal? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Sim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Então, assim, a gente pode combinar da Resolução 150, coloca no grupo ali. Acho que dava para colocar até como forma de drive, daí depois a gente consegue ver quem é que acessou, quem não acessou, e aí a gente consegue fazer os apontamentos. Então, lembrando o que é a pauta do seminário. Seminário é o estudo da Resolução 150 para a gente poder atualizar, atualizar também as representações e atualizar também os fluxos das comissões. Tá? Então, nesses dois dias nós vamos nos debruçar sobre essas questões. Lógico que provavelmente vai surgir alguma outra demanda e aí a gente insere junto, mas de grosso modo vai ser bem isso. Também sobre o seminário, então vai ser lá na Projeto Pescar, lá no shopping Total, nesses dois dias. Eles já separaram uma sala para nós, climatizada, bem gostosa lá o espaço. Pensei da gente fazer, como a gente fez no outro seminário, que cada um leva alguma coisa para a gente poder fazer um belo de um café e eles também vão disponibilizar café e alguma coisa para a gente também lá. Pode ser? Daí depois a gente vê cada um vai levar, eu escolho também quem que cada um vai levar. [Risos]. Que mais ali? Acho que do seminário seriam essas questões. Então, lembrando que entre um dia e outro seminário, nós temos uma plenária. Já passaram as comissões? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Sim, Carol. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Então, é isso, 9 horas podemos começar, aí a gente vai, que nem eu digo para as minhas meninas: Se a gente trabalhar direitinho a gente se solta mais cedo. Aí a gente vai até umas 4:30, 5 horas, uma hora de intervalo, uma hora e pouco de intervalo. Tá? Só vou pedir assim, acho que todos os conselheiros, hoje estava buscando alguns conselheiros que não estão vindo. Como nós estamos retomando o presencial, a gente vai ter que refazer algumas comissões. Então, para o dia do seminário também, peço que vocês estejam com um bom coração, porque a gente vai ter que rever algumas comissões. Nós estamos com bastantes pessoas em algumas comissões e nas outras comissões totalmente esvaziada. Então, por exemplo, a Comissão de Políticas, a minha intenção é que a gente pudesse ainda dividir a Comissão de Políticas com um pessoal que pensasse em política e um pessoal que analisasse processos ou dividir parte do dia. Uma quarta analisa, outra quarta se

pensa em política, porque nós temos 300 mil coisas paradas para a gente pensar e fazer. **Lisete Aparecida da Silva Felippe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Carol, eu só quero pontuar a Comissão de Políticas, até pode ter muita gente, mas quem vem hoje? Nós estávamos em cinco. Nas últimas vezes nós estamos em poucos. Então, ela pode estar extensa no nome dos participantes, mas participante aqui é muito pouco. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** É, assim, nós estamos com poucas pessoas presentes e também a gente está precisando recompor. É da mesma forma que a Registros, parece que é uma comissão que tem um tanto de pessoas, mas agora há pouco estavam em quatro, cinco também. E na Comissão de Finanças nós também estamos somente com quatro, hoje são quatro, se não me engano. Então, assim, essas questões que a gente vai ter que ver, a gente vai ter que recompor as comissões. Titulares somos 21, só pensando nos titulares. E eu citei aqui, cinco, cinco e cinco, fecha 15. Cadê o restante? Então, a gente precisa refazer essas comissões. Precisa repor essas pessoas ali. Então, para a gente poder pensar nisso. Também já foi colocado sobre a vereadora de manhã, né? Sim.

- INFORMES/RETORNOS:

Outra questão, nós fomos fazer uma visita no novo local do prédio do CMDCA ou dos Conselhos agora. Nós fizemos a visita ali, na Uruguai, antiga ATP, o prédio é muito bom, gente. Muito bom mesmo. Sabe assim, 500 m², tem um mezanino em cima. Então, vai dar para a gente fazer umas salas de reunião, vai dar para a gente fazer bastante coisa, ter um sofá. Eu acho que o espaço é muito convidativo para poder trabalhar ainda mais, trabalhar com mais gosto e tudo mais. E também nós tiramos a liberdade, tivemos a liberdade, de já aceitar naquele mesmo momento, tá? Porque tá bom, maravilhoso! "Ai, não, quero algo melhor". Não, pelo amor de Deus, aceita de uma vez. Vamos tocar. Tá? Então, já aceitamos o local e o pessoal do COMUI também aceitou. Pela fala do secretário, nós vamos estar mudando para lá ainda em abril. Então, assim, a toque de caixa, oremos que aconteça tudo da forma tranquila como vai ser. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Vão ser só os Conselhos, não vai ser a SMIDH inteira? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Então, só nós dois. É só o CMDCA, o COMUI e Fundos. O único problema que tem é que o pessoal do Fundo, na verdade, eles ganharam mais dois fundos, que é o Fundo do Trabalhador. E o outro não lembro. Se não me engano, é um da reciclagem. Acho que é da reciclagem. Então, assim,

ganharam mais dois fundos. Mas pela fala do Secretário, esses dois fundos não mexem com quase nada de recurso, a não ser que ele consiga trazer recursos. Veremos como é que vai ser, mas em princípio somos nós. Isso vai ser muito bom, porque ele é bem na frente o prédio, assim, acesso super tranquilo. Acesso de cadeirante, acessibilidade total. Acho que promete, muito bom. E o Secretário falou que vai nos dar um carro para nós termos a disponibilidade. Tanto para visitação do pessoal com criança, quanto para nós. Nós, na quarta-feira, né? Então, só deixa a quarta-feira ali para nós. E ele também falou, que eu já pedi para ele outra pessoa no lugar da Íris, ele disse que já tinha solicitado também. Depois, quando ele voltar agora, eu só vejo se ele já solicitou realmente. Carlos, fez a apresentação? **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Claro que não. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Ah, tá. Já falaram sobre o Carnaval? Não? Tá, então, eu vou falar um pouquinho sobre o Carnaval. Então assim, enquanto o Carlos projeta ali. Assim, sobre o Carnaval, infelizmente, não foi possível, como a gente já previa, de fazer as aquisições para o Carnaval agora, para as ações do Evesca, do CMDCA, do Compete e tudo mais. Até a gente tentou agilizar, mas realmente era impossível o tempo. Mas, nós já vamos organizar para as próximas ações, com um prazo um pouco maior para a gente poder organizar também o calendário e tudo mais. Ontem lá na plenária do Fórum, daí eu peguei, fiz até essa fala, também contextualizei um pouquinho "dos pegas" que a gente teve aqui. Também falei da dificuldade de prazos em que a gente acaba tendo, não digo de incompreensão, mas é uma questão de não aceitar, na verdade, a burocracia que se tem na Prefeitura. Eu acho que é mais essa questão. A gente entende que é demorado, mas a gente não aceita que é demorado. E aí então, para os próximos eventos a gente vai estar organizando um calendário com um pouquinho mais de prazo para a gente poder ter essas liberações. Vão acontecer algumas ações, até o Fórum, a Asafom, que é o CNPJ do Fórum, eles estão custeando banner, flyers e algum outros materiais para serem divulgados lá no dia do Carnaval. E aí isso é interessante dizer de que esse recurso é da contribuição que as instituições fazem mensalmente. Então, mais uma vez a sociedade civil está dando um show, só para a gente deixar claro. Mas quem quiser ainda se deslocar para lá e tudo mais, para poder auxiliar, o Carlos, a Fernanda, a Rose, eu, não sei qual mais outro conselheiro, vamos estar lá. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** É só uma complementação aí, uma frase. Se o CMDCA está dentro desta Secretaria, o que a gente não entende, aí eu não concordo com a designação de burocracia. Como pode o setor

que vai operar a materialização gráfica do recurso aprovado querer entender o que é essa ação? Está no mesmo prédio, acompanha todo o trabalho e ainda não sabe qual é a função do Conselho A, do Conselho B. Para mim isso não é burocracia, para mim isso tem outra designação. Aquele texto que estava no processo SEI, da contratação de uma empresa para fazer o diagnóstico para criança e adolescente, nós pegamos exatamente o mesmo texto de abertura e tiramos aquela partezinha de contratação. E aí a Carol da ACM, a Luciane do Murialdo, e eu, começamos a desencadear um processo de busca de informações, tá, a partir daquele texto da nossa necessidade de diagnóstico. Então, a gente bolou ali os mesmos itens que qualquer instituição aqui faz para apresentar um projeto. Tem que ter objetivo geral, objetivo específico, público-alvo, período de execução, metodologia, impacto esperado, tudo igualzinho como se fosse uma entidade. Só que a nossa motivação é o diagnóstico das políticas para criança e adolescente. Abrimos um processo SEI lá em novembro e a gente começou a mandar para a Secretaria de Educação, Assistência, Saúde e todas que atendem crianças e adolescentes diretamente. E aí começou a vir esse material aí. Primeiro da Smed, todas as instituições que atendem criança e adolescente e a quantidade. E aí aquela letra lá na esquerda, esse é leste, oeste, norte, sul. A Carol da ACM, ainda vai dar mais uma qualificada nessas informações que a Smed mandou, para deixar mais clara para quem for acessar o material. Aqui das escolas do município, deu uma desconfigurada aqui quando abriu na versão do Libre Office aqui da secretaria, porque nós trabalhamos com Windows lá na Governança, mas não está assim no formato original, tá? Mas aí tem o número de crianças e adolescentes de todas as escolas do município por região, tudo direitinho. Ali vai ficar mais claro, nessa versão colorida, depois quando vocês tiverem acesso, quantos estão em cada uma das escolas da Smed aqui de Porto Alegre, tudo direitinho. E o que não veio, veio até por bairro. O que não veio foi a falta. A falta, a gente pegou na Defensoria Pública e no Ministério Público, que ali aparece o que eles reivindicam da Prefeitura a partir do não acesso de criança e adolescente dos territórios, pela procura das famílias, pela questão das vagas, né? Aí ali a gente acessou e a gente termina esse capítulo da Smed com um artigo da nossa equipe técnica aqui, a Luciane liderou a gente nesse assunto, onde a gente faz um paralelo ali sobre as vagas que aparecem e as vagas que faltam, entre 5 e 7.000 vagas lacunadas. E ainda hoje de manhã ainda a gente fez mais um debatezinho no nosso grupo ali, que é a questão do Cuida-se de Crianças, né? Na realidade, o Cuida-se de Crianças, ele permanece existindo. Ele só é denunciado a partir de maus-tratos que chegam ao Deca, ao Ministério Público e à Defensoria. E, na realidade, a gente não

entende por que as particulares são privilegiadas em detrimento do Cuida-se, que poderia tornar-se uma organização social e gradativamente ser incentivada para tornar-se uma instituição séria, como é a Pequena Casa, o Murialdo, a Amurt-Amurtel que desenvolvem a educação infantil há décadas e com esse repasse financeiro que a gente também colocou ali no texto, que a Luciane Escouto ofereceu, que é a questão de ser bem diferente do recurso governamental para atender o mesmo número de crianças de educação infantil. Então, as exigências praticamente são as mesmas, mas os recursos são completamente diferentes, né? Depois a gente foi para a parte da Assistência Social. Aí a antiga FASC que nos mandou lá em novembro, dezembro, as informações de tudo que aconteceu e que acontece. E a Silvia Tejada, do Ministério Público, ex-colega de Secretaria de Assistência, agora tá no Ministério Público, ofereceu um texto, né, sobre a Assistência Social do Município. [Falas concomitantes]. Da Saúde? Saúde. Ah, tá. Então, esse é da Saúde. Não é da Silvia, esse é do Carlos Fett, ex-Secretário Adjunto. **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** É, acho que da Saúde, a gente precisa pontuar que os dados vieram apenas do Presidente Vargas, as unidades de saúde, os dados do território, do ESF, enfim, a Secretaria de Saúde ainda não nos enviou. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Não nos mandou. E o Fett nos fez, então, um aparato a partir do que o relatório das redes apresentou e o CRAI que mandou as informações. Como ele era o adjunto na gestão que terminou, ele fez um artigo situando os principais gargalos e as necessidades que a Prefeitura deveria efetivar para dar conta de um atendimento mais efetivo. Mas esse texto que o Fett mandou é a questão do nosso horário de atendimento, né? Nós não temos encaixe de rede, mesmo que a gente botasse o dobro de grana no CRAI, o dobro de RH das 8 às 17 horas. A criança violada sexualmente das 17 às 8 da manhã, para onde ela vai? Aonde ela fica? Entenderam? Não é falta de grana, é desencaixe de rede. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Hoje ela vai, Carlos, muitas vezes para o acolhimento residencial. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Isso aí a gente chama, a gente está chamando no nosso diagnóstico, de "desencaixe de rede". Isso não diz respeito à RH, nem orçamento. Isso é Brasil. Não é só Porto Alegre. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Em Porto Alegre, muitos casos vão, conforme a gravidade, vai para o acolhimento residencial. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Em muitos casos, acabam ficando alguns um período e depois

é visto que não era necessário o acolhimento. Então, o acolhimento virou uma porta, a primeira porta, que é aquilo que às vezes o João Rocha diz aqui, que era para ser lá adiante, acaba sendo a primeira. Por que é a primeira? Porque, por exemplo, esse serviço que a gente tem na Saúde, que é referência nacional e internacional, ele fecha as portas às 17 horas e aí a rede não atende. Aí o material da Assistência Social, que veio bem completo, bem embasado, com mapas, com indicadores e com o número de atendimentos de toda a cidade, a PSB e a PSE, da FASC, que nos mandaram. Aí vocês vão ter acesso. Vamos disponibilizar o diagnóstico para vocês e aí eu estava dizendo ali anteriormente, que a Silvia Tejadas nos ofereceu para nós um artigo comentando o que temos, o que as redes criticaram, situando, então, o que deveria existir. Como ela é Ministério Público, então, fica bem focada em poder indicar realmente quais são as lacunas e o que seria necessário. Ficou bem bacana o artigo dela também. Aí é a prestação de contas do Conselho Tutelar de Porto Alegre de 2023 e 2024, é só isso mesmo. É as regiões, o número de atendimento presencial ou virtual. Ponto. Acabou. A gente questionou ali a coordenação-geral: mas o que é trabalho infantil? O que é exploração sexual? O que é abuso sexual? O que é situação de rua? O que é evasão escolar? O que falta de vaga? Nada! A gente pegou o mapa lá do Disque 100 e ofereceu uma tabela com 19 violações de direitos para a coordenação, para ver se isso poderia ser uma forma de cada um dos 50 fazerem as cruzinhas ao lado de cada uma das 19 violações durante os dias, semanas e meses. Aí no ano que vem, na prestação de contas de março, a gente vai poder saber o que cada conselheiro de cada micro fez em cada uma das 19 violações. A resposta que tivemos foi: "Não temos administrativos suficientes e não temos o site implantado". Não tem o quê? O site. O administrativo compatível e nem um SIPIA implantado. E entre nós, a gente conversou, não tem nada que ver uma coisa com a outra, porque ter uma folhinha com 19 violações e tu é conselheiro, a cada dia tu vai ali, bota um pauzinho. Não é o prontuário que a gente quer, é só quantos de cada coisa. Não tem. Nem 23, nem 24. **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** Mas do que eles já marcam, que é o básico do básico, tem regiões que não marcaram número de encaminhamentos, zero. Zero em 2 anos. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Então, o que fica claro para nós é o seguinte, não será compatível em nenhuma rede e nem aquele Conselho por receber alguma sugestão daí sobre lacuna da política da criança e adolescente. Porque se tu não tem os dados do que tu faz, não tem como tu dizer o que é necessário. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** E daí nós estamos pedindo o quê? Ampliação de território,

regionalização. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Aí a gente provocou o José Sturza de Moraes, que é um dos primeiros conselheiros tutelares na instalação do CT em Porto Alegre nos anos 90. Ele foi duas vezes conselheiro, depois ele virou sociólogo e virou professor universitário, consultor aí da Amencar e agora ele é das Aldeias SOS. Ele fez uma análise sobre essas duas prestações de contas e sobre o relatório das redes e fez a sugestão dele, por ter sido um conselheiro tutelar nesses quadros que ele colocou aí no diagnóstico, comentando o relatório das redes e também a prestação de contas dos CT. Ficou bem bacana e é bem isso assim que a gente comentou agora aqui na plenária: como é que tu vais saber o que é realmente é necessário para a melhoria da política, que está lá no artigo 95 do ECA, que a função do CT é monitorar a execução de políticas públicas para crianças e adolescentes e sugerir melhorias e exigir, inclusive, do governo e da sociedade civil. Não identificamos a forma de socorrer sem a melhoria do trabalho diário e a identificação dessas violações. E ele faz mais um apanhado assim. Ficou bem longo o texto do Zé Carlos, mas é bem a característica dele de poder identificar e mostrar aquilo que está acontecendo. Então, é isso que está permeando o nosso diagnóstico. É o que as pastas mandam e quando a gente nota que existe uma lacuna de informações, a gente vai ao MP, à Defensoria e busca o que é falta e indicada pela sociedade na procura. E também artigo de especialistas que transitam ou transitaram nessa dimensão, para podermos oferecer também uma análise sobre o que é a nossa realidade hoje, baseado no que as pastas ou o Conselho Tutelar enviaram, assim como as redes da criança e adolescente. Das secretarias que a gente provocou, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer ainda não nos encaminhou nada. Foi a única que não nos apresentou nenhuma das informações sobre Em Cada Campo uma Escolinha e aquelas atividades desportivas em praças, parques, que a gente também avalia como sendo bem importante, porque muito dessa criança e adolescente que vai para aquela dimensão, acaba não sendo a nossa do Serviço de Convivência, nem a nossa da Educação Infantil, nem de Trabalho Educativo, nem de Jovem Aprendiz. É outra dimensão de gurizada que está sendo atendida pela Prefeitura, mas que a gente não teve acesso ainda aos dados, quantos são, em que territórios e quais são os gargalos para serem oferecidos, né? Eu esqueci o teu nome. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Aproveitar, Elisandra, que tu está chegando, já estamos te dando um tema de casa. [Risos]. Se puder, por favor, já solicitar para a gente incluir no diagnóstico. Também solicitando para a Saúde também, ela tem um número SEI para

incluir o restante dos dados. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu queria que tivesse um capítulo especial na nossa pesquisa, talvez um dos gargalos mais importantes da política hoje, saúde mental infanto-juvenil. Já foi apontado em todas as redes, a falta de serviços, é uma precariedade, que nós estamos perdendo adolescentes que não têm um tratamento e estão chegando à vida adulta sem acompanhamento na saúde mental. É um crime que está acontecendo aqui na nossa cidade de Porto Alegre. Nós temos que exigir, porque tem um índice de fracasso escolar, aumento da violência por falta de tratamento da saúde mental. Tem que ter um diagnóstico, deveria ter um capítulo especial na saúde sobre isso. **Carolina Fraga, Associação Cristã de Moços – ACM:** A gente solicitou os dados do ESCA, do CAPS infantis, mas os dados não vêm. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** A gente começa a ler o material que as secretarias mandam, para mim está bem claro, eu acho que vocês vão ler depois, vocês vão perceber o que a gente está entendendo. Ou nós queremos enfrentar, como conselheiros de direitos da criança e do adolescente, ou a gente vai passar a mão. Vamos pegar esse exemplo assim do CT. Como que tu não consegue fazer um pauzinho? Eu sou conselheiro todos os dias, não precisa de sistema digitalizado. E aí eu passo no final da semana, no final do mês para o administrativo, para a administrativa para botar no computador bonitinho. Não é nem o sistema, os 5 conselheiros, cada semana de 5 dias, cada 4, 5 semanas do mês, tu sabe. Então, nós temos que dar uma sincronizada na rede, na minha opinião, na rede da educação, na rede da assistência, na rede da saúde. Não é pagar hora extra ou querer que as pessoas passem da carga horária. O horário noturno e o horário da madrugada está descoberto. A nossa rede está sem encaixe. É um problema de Porto Alegre, é um problema do Brasil. O ECA ele é um nisso. Deu para ver nesse diagnóstico agora. Nós temos todas as noites e madrugadas descobertas. Quando uma criança, um adolescente, é violado depois das 17 horas, faz o quê? O Frei falou, acolhe. Por que Porto Alegre é a principal capital do Brasil a acolher, mesmo tendo menos habitantes que São Paulo e Rio de Janeiro? Por isso, não é falta de grana e não é falta de RH. É método de trabalho. Quem tem a função de fazer esse apontamento? A gente! Olha, estão aqui as 19 violações do Disque 100. E aí assim, tu coloca ali por cada mês, o nome do... **Lisete Aparecida da Silva Felippe, Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Mas facilita até para eles. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Mas e querem que facilite? E a questão assim, de novo eu vou frisar, pode parecer uma coisa óbvia, só que o óbvio e o

pressuposto não está sendo feito. Se nós dois somos conselheiros hoje à noite, eu e a Lu, ela é da micro 10, eu sou da micro 2, nós vamos ficar aqui nesse prédio hoje à noite, madrugada. Quem é o nosso levantador de voleibol? Quem é o nosso oposto na assistência, na educação e na saúde? Quem são as duplas da saúde, da educação, da assistência? **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu tenho uma sugestão, Carol, presidente, de chamar o Ministério Público, a coordenação do Conselho Tutelar e dizer que não se faz um diagnóstico desse de violação na cidade, que foi a primeira a implantar o conselho tutelar. E nós já tínhamos instrumento, se a gente for olhar as prestações de contas, havia até publicação. Eu participei na comissão, de várias que aconteciam na Câmara de Vereadores, que dava a possibilidade de debate da falta de rede. Cada vez está mais frágil, com menos informação. E só reclamar estrutura. Eu vou dizer uma coisa, o conselheiro tutelar, aquilo que o Carlos falou, não depende de outro RH. Então, se nós vamos ter que criar para cada serviço uma estrutura de RH, nós vamos inchar. Aí é melhor nem ter o Conselho Tutelar, porque todo o dinheiro transforma em serviço de convivência, em ações da rede básica, de ação do CRAS, do CREAS. Se é para gastar o que o município gasta e não ter uma ação mais efetiva, o conselho... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Eu esperava, na verdade, até isso, de que com o diagnóstico a gente pudesse achar os gargalos. Eu esperava exatamente isso. Porque assim, eu não esperava somente localizar os vazios de atendimento, sabe? Eu esperava achar onde é que está o buraco, literalmente. Ah, não é RH? Cadê o SIPIA? Ah, cadê não sei o quê? Eu esperava exatamente isso, até para a gente poder fazer essas ações que vocês estão sugerindo. Porque antes da gente lançar, digamos, lá na conferência a resposta do diagnóstico, até chegar lá a gente tem que fazer o diagnóstico, melhorar. Então, eu acho que é isso também, acho bem viável chamar para conversar. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Inclusive, uma das sugestões que a gente deu, e eu estou brincando com eles de "e o vídeo? Vamos fazer o vídeo"; porque eu disse, por exemplo, a primeira gestão, segunda e terceira gestão que eu acompanhei, elas deram o diagnóstico do que precisavam em termos de política pública. A gente está aí com conselheiros que ainda estão com a gente, que é a Nelcinda, que foi a Leci, a Marisa Alberton, o Sturza, que todos eles, a partir dos retornos que eles davam das prestações de contas, das conversas com o conselho municipal, foram criadas várias políticas públicas que a gente tem até hoje. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Para encerrar, assim, uma coisa também que a gente está percebendo,

porque a gente acaba levando esse trabalho, esse diagnóstico, para os outros locais que a gente acaba entrando, porque ali tem criança e adolescente também, no CMAS. O CMAS essa semana teve uma capacitação e a gente questionou lá a Lisiane, assistente social da PUC, a Lise: "Explica de novo isso aí que tu apresentou lá". A entidade para se registrar no CMAS precisa ter quadro pago, não pode ser voluntário. Como que tu paga alguém se não tem parceria nenhuma de nenhum lado, nem grana de fundo? "Está na NOB, está tipificado". Ela foi, foi, foi... "Eu te entendo e concordo contigo". Não tem como! Como tu faz rede social se tu não tem grana para pagar pessoas? Como que vai pagar uma assistente social, alguém, um parceiro, se ela nunca teve nada? Então, o que está ficando claro, participando desse trabalho de diagnóstico com a Carol e com a Lu, é o seguinte? nós estamos presos, seja quadro governamental ou não governamental, por paradigmas e por legislação ultrapassada. Nós estamos presos! Não está escrito na NOB RH do SUAS que a área da assistência social tenha que ter plantão. Não está escrito e aí não fazem. Não está escrito. Então assim, como que tu enfrenta isso? Certo? Eu acho que antes da gente até ir no MP, eu acho que a gente tem que provocar uma reunião, depois do diagnóstico, depois do seminário lá do dia 19, do dia 2 de abril, uma reunião com as três áreas e o conselho tutelar numa sala. E é o seguinte: quem é o vínculo da saúde, da educação, assistência nas noites e madrugadas dos 365 dias do ano? Quem é? Qual a área? É a PSB, a PSE da assistência? Qual a área da saúde e qual a área da educação? Se a gente quer, realmente assim, reduzir o acolhimento, reduzir a violação de direitos, a rede tem que funcionar 24 horas. E ela não funciona, e também não funciona porque não está escrito em nenhuma das três legislações. Então, volto a dizer, para encerrar, a gente trabalha por dados e metas. E os nossos dados e metas nesse conselho aqui é reduzir a violação de direitos e aumentar a inclusão, certo? É a proteção. Se a gente quiser fazer isso, a rede vai ter que encaixar, a rede está desencaixada. Se eu pudesse, não vou fazer isso porque eu não sou o dono do diagnóstico, tem duas técnicas aqui comigo, mas se eu pudesse dar o nome do nosso diagnóstico seria: *o desencaixe de rede*. Nós estamos desencaixados. Está todo mundo focado das 7 horas às 17 horas. Das 17 horas em diante, nenhuma criança e adolescente é de ninguém. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Uma boa abertura que está com esse projeto de Serviço de convivência estendido. Aquela ideia do... **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** O serviço de convivência pode até acontecer, mas se na noite, madrugada eu não tenho quadro técnico à disposição do CT, é acolhimento.

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio): É, mas eu ainda acho, assim, que é além ainda. OK, a gente tem esse grande gargalo depois das 17 horas, mas antes das 17 horas também nós estamos com várias questões. Várias! E aí, dentro da saúde, dentro do CT, dentro da educação. Eu concordo contigo na questão de que está tendo o desencontro e, principalmente, quando a gente fala, e o conselho aqui principalmente trabalha com todas as áreas. E aí, muitas vezes, a criança, na secretaria, ela é fatiada, porque ela é educação, vou olhar só a educação, aí na assistência, só assistência. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Para te dizer, Carol, o pior é o seguinte, hoje muita coisa é empurrada para a assistência social, é a política mais pobre, todos os casos que a saúde não funciona, a educação não funciona são empurrados para a assistência social. Isso que é uma grande verdade. Por isso que eu tenho medo, Carlos, se a gente abrir o serviço da assistência social, como acontece para o acolhimento institucional, eles empurram. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Na verdade, precisava ser feito um grande seminário com a participação dos órgãos públicos, da sociedade civil e também a Câmara dos Vereadores, para botar o DECA, uma auditoria, Defensoria Pública, todos, porque realmente se fala dessa descoordenação. É que não existe oportunidade de se juntar, tu nunca vai conseguir coordenar algo com alguém que tu não consegue, não tem. Tem que ter algum evento, algum chamativo, para que essa discussão seja coletiva. E a presença, porque às vezes alguém recebe um convite para um seminário, mas diz: "Ah, bom, mas isso aqui não é importante", e aí tem que ter, vamos dizer assim, um contato primário com as altas cúpulas, seja da justiça, seja da polícia, seja do governo municipal, porque aí pode vir, talvez, um pouquinho de cima para baixo, de voltar todos ao mesmo momento. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Eu li bastante a nossa Lei 6.228/2009, de novembro passado para cá, e assim, olhando bem ela, estudando o estatuto, só tem um artigo que pode nos gerar isso, que pode, inclusive, empoderar o Conselho Tutelar, que é o 95. O artigo 95 do estatuto diz que é função do Conselho exigir que as políticas públicas governamentais e não governamentais assistenciais funcionem. Então, eu acho que a gente termina o diagnóstico lá entre 19 de março e 02 de abril, e o Conselho da Criança, através da sua executiva e dos conselheiros governamentais e não governamentais, a gente senta com Conselho Tutelar e provoca. Vamos fazer o artigo 95 ser realizado. E aí a tua proposta, chama os delegados do DECA, chama o Volker da Brigada Militar da capital, chama lá a coordenadora do CAU, que

também depois que a Maria Regina Faeza saiu parece que não existe. Chama lá a 2ª Vara do Judiciário, que depois que o Marcelo Mairon saiu também parece que não existe, chama todos esses setores do sistema de garantia de direitos, a assistência, a educação, a saúde, todos nós numa mesa redonda, e a pauta é o artigo 95. Como é que tu vai fazer ele funcionar na capital se tu não trabalha depois das 17h, se tu não oferece contatos depois das 17h, se tu não funciona como rede de proteção depois das 17h. Não sabe o que está acontecendo no teu dia a dia. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** É que, vamos dizer assim, a cultura acomodativa que existe, só quando tem uma grande tragédia, um grande evento, é que se vai atrás. Basta ver as proteções de diques, etc. Basta ver o incêndio da Garoa. Então, parece que a única lógica que funciona é essa. Mas eu acho que se conseguir uma equipe de algumas pessoas conscientes, que queiram e puderem essas pessoas influenciarem outras para mostrar a importância de uma participação coletiva. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Essas pessoas somos nós. É essa a função do conselheiro do CMDCA. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Vamos fazer uma comissãozinha aqui, numa quarta-feira por mês a gente sai para ir visitar. Vai a Carol, vai mais o Frei Luciano, vai mais alguém, vamos visitar o DECA, vamos visitar cada um dos órgãos que estão. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Deixa eu fazer uma provocação de desfecho, tá? Concluímos lá no dia 02 de abril e aí na semana seguinte, Carol, Paulinho, uma agenda, depois das comissões, depois dos projetos, ali entre 3:30 e 5:00, a gente faz só um planejamento, assim, de como a gente vai agir. Pessoal, não temos mais um mês para o outro. Essa mesa redonda aí com DECA, BM, judiciário, MP, conselheiros tutelares, SMED, SMAS, SMS é agora. É agora, ali depois do 02 de abril. Nós vamos ter que fazer e começar a puxar, quem vai fazer e como que vai fazer? Porque assim, a coisa é pior. A gente comenta aqui, e eu volto a dizer, saiam da plenária e escrevam no Google: “Quantas pessoas desaparecem por dia em Porto Alegre?” Cinco pessoas por dia, há anos. Nomes, idade e território, e o dia que desapareceu. Só na caixa de leite do Piá, aquele leite Piá. Era o Piá esse. Nem na rodoviária, nem no aeroporto de nenhuma cidade do Brasil desde 2018. Sabe? Não tem! Foto, nome, idade e o dia que desapareceu, não tem. Tiraram! Quem sabe? Só a área da segurança. Aquela menina que desapareceu, que foi ao Rio de Janeiro, ela apareceu a foto nas redes com colegas que conheciam a pessoa, a mãe da menina, senão não teria. Então, a coisa é pior, grupo. Ou nós agimos realmente como conselheiros, ou

a gente fica no número do SEI, o valor e o nome da entidade. Se for isso, nós seremos os mesmos de todos os outros do Brasil. Ou a gente enfrenta agora e aí junto tem que aparecer a posição de Executiva. As secretarias da Prefeitura têm que nos apresentar, mas e aí? Nenhuma criança de educação infantil de nenhuma das 221 escolas, do fórum de entidades, perdem crianças no horário de atendimento, estou certo? Nós temos certeza, não é? Mas pensa, e os outros, a gente sabe? **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Carlos, eu queria dizer uma coisa assim, esse trabalho de diagnóstico é muito bom, mas a gente precisava mapear ele de uma maneira mais sintética, porque nós vamos apresentar lá para Defensoria Pública e daí esse relatório leva um outro papel, que seria um planejamento, por exemplo, identificar em cada órgão qual é a deficiência que tem. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Identificamos. Vai estar à disposição de vocês todos, faremos uma apresentação sintética, 4, 5 lâminas para essa reunião que a gente tiver. Mas eu peço a todos, leiam. Tem que ser nosso, de todos os conselheiros titulares e suplentes esse conhecimento, esse *know-how*. Não pode ficar na cabeça da Carol, da Lu e do Carlos esse roteiro todo, porque senão a gente não vai vencer. Nós vamos vencer, porque uma coisa que também está ficando escancarada para nós, na gente que está fazendo esse diagnóstico, é o seguinte, vai em inúmeras reuniões, comentaristas tem aos montes, agora conselheiro atuante, eu não estou vendo, e a gente não está vendo. A Patrícia está aqui, que está em vários conselhos, ela sabe, ontem ela trouxe uma informação que ninguém sabia. Tem um Conselho de Mobilidade Urbana que está decidindo sobre o que é bom para população idosa sem o COMUI. Eles decidiram quem é o idoso que vai opinar. Entendeu? No outro conselho, o Conselho de Desenvolvimento Urbano Ambiental, estão decidindo o que é contrapartida. É recuo de calçada e pracinha. E eles decidem as nossas coisas. Está errado. Então, só isso assim, eu acho que lá depois do dia 02 de abril, 07 dias depois, aí, Carol, Paulinho, deixar a pauta para apresentação do diagnóstico final e aí a gente organiza quem é esse grupo que vai ser o grupo de CMDCA, que vai deflagrar essas reuniões aí para começar a apertar o artigo 95 do estatuto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** É, eu acho que uma das questões é começar pela questão do Conselho Tutelar. Outra questão é começar pela saúde. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** Todos eles, todos eles! **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** É, mas aí a gente pode ir fatiando. **Carolina Fraga,**

Associação Cristã de Moços – ACM: E eu acho que a gente vai ter que colocar destaque, colocar na conclusão em algum momento no texto, informar os dados que não foram fornecidos. E dizer quem é que não forneceu. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Tem que citar. Não temos os dados dele porque fulaninho não forneceu. **Carlos Fernando Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** E acho que a gente também, assim, comprometer, aproveitar que a gente tem taquígrafa nas plenárias, e nessas reuniões a gente comprometer: "Olha, nós vamos ter 2 técnicos da educação, da saúde e assistência com os 2 conselheiros todas as noites?" Vamos fazer um quadrimestre. Não tem que ser mais abrangente. Nesse quadrimestre dessas 8 pessoas fazendo esse trabalho, vai aparecer uma redução do acolhimento. E aí se aparecer, aí nós temos que pegar e fazer uma reflexão nossa, uma década de lacuna, quantos milhões gastos e quantas crianças abrigadas. É isso que a gente tem que começar a pensar, porque está ali a lacuna. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Alguma colocação a mais, pessoal? Podemos ir para outro assunto? [Risos]. Não, não temos mais pautas. Terminamos, então? Bom, era isso.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.